



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE CASCATEL

Recebido em: 13/08/25

CÂMARA MUNICIPAL DE CASCATEL

18/08/25
Edson Souza
Vereador - 1º Secretário

Protocolo

PROJETO DE LEI Nº 125, DE 2025.

(Proponentes: Vereadores João Diego/Republicanos e Tiago Almeida/Republicanos)

Dispõe sobre a regulamentação de princípios e diretrizes para a implementação e o uso da inteligência artificial no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta no Município de Cascavel.

A Câmara Municipal de Cascavel, Estado do Paraná, aprova:

Art. 1º Esta Lei estabelece princípios, diretrizes e normas para o desenvolvimento, implementação, uso e supervisão de sistemas de Inteligência Artificial (IA) no âmbito do Poder Público municipal.

Parágrafo único. A implementação e a utilização da inteligência artificial, no âmbito da Administração Pública municipal, direta e indireta e no Poder Legislativo municipal, deverão observar o subseqüente conjunto de valores éticos fundamentais e diretrizes.

Art. 2º Para fins desta Lei, considera-se:

I - Inteligência artificial: o sistema computacional que, a partir de determinada programação humana, com base em dados e algoritmos, pode realizar tarefas que incluem, mas não se limitam a aprendizado e adaptação, reconhecimento de padrões, processamento de linguagem natural, tomada e sugestões de decisões complexas, bem como, interações em ambientes diversos.

II - Sistema de Inteligência Artificial: qualquer aplicação, ferramenta ou software que utilize métodos de IA para execução de funções automatizadas;

III - Decisão automatizada: qualquer decisão realizada por sistema de IA sem intervenção humana direta no momento da decisão;

IV - Administração Pública municipal: os órgãos e entidades da administração direta e indireta do município de Cascavel;

V - Poder Legislativo: órgão representado pela Câmara de Vereadores do município de Cascavel.

Art. 3º Constituem princípios éticos fundamentais para os fins desta Lei:

I - a dignidade e a valorização da pessoa humana;

II - a inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem;





Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

III - a não discriminação;

IV - a busca da justiça;

V - o compromisso com o bem público.

Art. 4º As diretrizes de que trata o *caput* do art. 1º são as seguintes:

I - Transparência: decisões e ações, tomadas, iniciadas ou fundadas em inteligência artificial devem conter a respectiva motivação e serem compreensíveis aos interessados;

II - Finalidade pública: uso de IA tem como objetivo a melhoria da eficiência administrativa, da prestação de serviços públicos e do bem-estar da população;

III - Privacidade e proteção de dados: garantia de segurança e confidencialidade dos dados pessoais e sensíveis coletados, armazenados, processados e compartilhados por sistemas de IA;

IV - Responsabilização: mecanismos periódicos de auditoria independente dos sistemas de IA, bem como a definição clara das responsabilidades dos agentes públicos e dos fornecedores envolvidos;

V - Prevenção e segurança: adoção de medidas técnicas e administrativas para prevenir acessos não autorizados, vazamentos de dados, falhas operacionais ou uso indevido dos sistemas;

VI - Inclusão e acessibilidade: utilização da IA deve contemplar a diversidade da população atendida, garantido que as interfaces sejam acessíveis a todos os públicos;

VII - Fomento à inovação: promoção de parcerias com universidades, centros de pesquisa e empresas para o desenvolvimento de soluções inovadoras em IA, desde que alinhadas ao interesse público e aos direitos fundamentais;

VIII - Supervisão humana: garantia que decisões automatizadas que impactem em direitos ou interesses relevantes dos cidadãos sejam passíveis de revisão por servidores públicos ou autoridades competentes;

IX - Capacitação técnica: programas de formação contínua que desenvolvam competências para o uso responsável, ético e eficaz da IA pelos servidores públicos;

X - Participação social: assegurar canais para que a população, especialistas e organizações da sociedade civil possam contribuir com sugestões, críticas e avaliações sobre os sistemas utilizados.

Art. 5º Respeitados os princípios e diretrizes previstos nesta Lei, sempre que possível, deve haver colaboração entre diferentes órgãos e setores para compartilhar conhecimentos, experiências e práticas relacionadas à inteligência artificial.





Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Parágrafo único. O Poder Público poderá buscar a cooperação interinstitucional sobre as ações, medidas, decisões e previsões provenientes de sistemas de inteligência artificial, desde que respeitados os princípios e diretrizes previstos nesta lei.

Art. 6º A Administração Pública municipal deverá manter inventário atualizado dos sistemas de Inteligência Artificial em uso, com informações sobre:

- I - Objetivo do sistema;
- II - Órgão responsável;
- III - Base legal para tratamento de dados;
- IV - Fornecedor da tecnologia;
- V - Mecanismos de revisão e auditoria;
- VI - Relatórios de impacto ou risco, quando aplicável.

Art. 7º Sempre que possível, deverão ser realizados estudos de impacto algorítmico e avaliação de risco antes da adoção de sistemas de IA que afetem diretamente direitos individuais ou coletivos.

Art. 8º A Administração Pública municipal poderá adotar políticas de transparência ativa no uso de sistemas de IA.

Art. 9º É vedado o uso de IA para:

- I - Tomada de decisão automatizada em processos que envolvam direitos fundamentais sem possibilidade de revisão humana;
- II - Monitoramento ou vigilância em massa sem autorização legal específica;

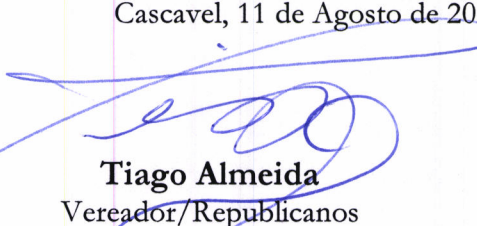
Art. 10. O Poder Executivo poderá regulamentar a presente Lei no que couber.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Palácio José Neves Formighieri, 73º aniversário de Cascavel.

Cascavel, 11 de Agosto de 2025.


João Diego
Vereador/Republicanos


Tiago Almeida
Vereador/Republicanos





Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Justificativa:

O presente projeto de lei visa regulamentar a implementação e utilização da inteligência artificial (IA) no âmbito da Administração Pública Municipal Direta e Indireta de Cascavel, com base em valores éticos fundamentais e diretrizes claras.

A inteligência artificial tem o potencial de promover avanços significativos em diversos setores, otimizando processos, melhorando a eficiência e proporcionando serviços mais ágeis e personalizados aos cidadãos.

No entanto, é imprescindível garantir que o uso da inteligência artificial seja pautado por princípios éticos sólidos, de modo a proteger os direitos e interesses dos cidadãos, preservar sua privacidade e promover a justiça e a transparência nas decisões tomadas por esses sistemas.

O uso inadequado ou desregulado de IA pode gerar riscos, como a discriminação algorítmica, a violação de privacidade e a exclusão digital. Sendo assim, é necessário assegurar que essas tecnologias sejam aplicadas em benefício da sociedade.

Assim, a definição de valores éticos fundamentais, tais como dignidade humana, não discriminação e compromisso com o bem público, orientará as ações da Administração Pública Municipal no desenvolvimento e utilização da inteligência artificial.

Além disso, as diretrizes estabelecidas na lei, como transparência, finalidade pública, privacidade, responsabilização, prevenção e segurança, inclusão e acessibilidade, fomento à inovação, supervisão humana, capacitação técnica e participação social, são essenciais para garantir que a IA seja empregada de forma ética e responsável, contribuindo para o bem-estar e o progresso de Cascavel e de seus cidadãos.

Portanto, a presente proposta de lei é fundamental para garantir que a utilização da inteligência artificial em Cascavel seja realizada de forma ética, transparente e responsável, contribuindo para o avanço da cidade e o bem-estar de seus habitantes.

Pelas razões expostas, submete-se o presente à análise pelos membros desta Casa de Leis, na certeza de sua aprovação.

